



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2023

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

POLICIAL LEGISLATIVO II POLÍCIA E SEGURANÇA II

NÍVEL MÉDIO – TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

As frases a seguir mostram termos repetidos; assinale a opção que apresenta a frase em que o significado dos dois termos **não** é o mesmo.

- (A) Morrer é mudar de corpo como o ator muda de roupa.
- (B) Janeiro é o mês que se fazem bons votos aos amigos; os outros são os meses em que esses votos não se concretizam.
- (C) Quem tempo espera, muito tempo consome.
- (D) A falsidade da História é tão velha como a própria História.
- (E) Viva todos os dias como se fosse o último. Um dia você acerta.

2

Assinale a opção que apresenta a frase em que houve **erro** de concordância da palavra sublinhada.

- (A) O presidente fez questão de deixar bem claras as suas intenções.
- (B) O STF qualificou de antidemocrático aqueles atos.
- (C) O governo chinês torna visíveis os erros das ditaduras.
- (D) Os enfermeiros tiveram reconhecidos os direitos de greve.
- (E) Tomei emprestados à biblioteca vários livros.

3

Assinale a opção que apresenta as duas palavras que devem ser grafadas com **es** e não com **ex**.

- (A) Excremento / expurgo.
- (B) Excusar / expontâneo.
- (C) Excomungar / expressar.
- (D) Extirpar / extorquir.
- (E) Exterminar / extremoso.

4

Leia o fragmento a seguir.

“Não somos daqueles que só em meio aos livros, estimulados por livros vêm a ter pensamentos – é nosso hábito pensar ao ar livre, andando, saltando, escalando, dançando, preferivelmente em montes solitários ou próximos ao mar, onde mesmo as trilhas se tornam pensativas.” (Nietzsche, filósofo alemão).

Sobre o significado desse fragmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) A leitura é importante para a criação de ideias originais.
- (B) As formas de gerúndio mostram a evolução cronológica das ações narradas pelo escritor.
- (C) O pronome relativo “onde” refere-se a locais ao ar livre.
- (D) A forma do verbo “tornar-se”, como verbo de ligação, indica um estado transitório.
- (E) Os ambientes solitários propiciam reflexões de valor.

5

As citações a seguir são compostas por dois segmentos; assinale a opção em que a relação lógica indicada pelo segundo segmento está correta.

- (A) Dize-me o que crês ser / e te direi o que não és. – relação de oposição.
- (B) Quem crê é forte / quem duvida é fraco. – relação de conclusão.
- (C) Seja lá por que um homem reza, / ele reza por um milagre. – relação de explicação.
- (D) Não adianta esperar que o navio chegue / se você não o mandou para lugar nenhum. – relação de causa.
- (E) Pense como um homem de ação / e aja como um pensador. – relação de conclusão.

6

Leia o seguinte texto de um jornal de outros tempos:

“Mudança nas moedas. A partir de junho começam a entrar em circulação as moedas de Cr\$100 e Cr\$500 substituindo as cédulas que trazem estampadas a poetisa Cecília Meireles e o naturalista Augusto Ruschi, respectivamente. O lançamento das moedas foi aprovado na reunião de ontem do Conselho Monetário Nacional, colocando fim à família de notas criadas no governo Sarney, sob a égide dos cruzados novos.”

Sobre esse fragmento textual, analise as observações a seguir, feitas por um estudioso de nossa Língua, e assinale a correta.

- (A) “Começam a entrar em circulação” é bastante estranho, porque as moedas, pequenas que são e de pequeno valor, “entram” logo.
- (B) “trazem estampadas a poetisa Cecília Meireles e o naturalista Augusto Ruschi”, mas eu pensava que as moedas trazem estampadas as efígies de Fulano ou Beltrano.
- (C) “colocando fim à família” mostra o emprego inadequado de “colocar” em lugar de “pôr”.
- (D) “criadas”, por questão de clareza e precisão, devia ser substituído por “lançadas” ou “emitidas”.
- (E) “sob”, por questão de correção gramatical, deve ser substituído por “sobre”.

7

Os textos a seguir mostram elementos de coesão em relação ao termo sublinhado; assinale a opção em que todos os termos seguintes, em coesão com ele, estão indicados.

- (A) Geralmente, entre nossos motivos de agir, há um mais forte que os demais: aquele que não é declarado. – *um, os demais, aquele, que.*
- (B) O que empobrece o homem não são seus atos, mas os desejos que ele possui. – *ele.*
- (C) O dinheiro, recebem-no todos os que trabalham e o perdem todos os irresponsáveis. – *no, que, o.*
- (D) Qual pode ser a vida que começa pelos gritos da mãe, que a dá, e o choro do filho que a recebe? – *que, que, a.*
- (E) Meu filho! Deus te enviou a este mundo. Cultiva-o e não te apresses em sair dele. – *o.*

8

As perguntas a seguir apresentam o pronome pessoal oblíquo em ênclise (após o verbo); assinale a que mostra formulação **incorreta**, porque só admite próclise.

- (A) Os dois bandidos evadiram-se do presídio em Mossoró?
- (B) Onde podemos vê-los?
- (C) Eles dedicar-se-iam às tarefas com prazer.
- (D) Numa entrevista como esta, isto pergunta-se?
- (E) Quem dir-me-á tantas barbaridades, senão ele?

9

As opções a seguir mostram, corretamente, a substituição da forma sublinhada, composta de **não + verbo**, por um só verbo, de sentido equivalente, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Os países da OTAN pediram que o exército russo não avançasse esta semana. / *parasse*.
- (B) O deputado informou que não dispunha de tempo para redigir uma nova versão do projeto. / *carecia*.
- (C) O Presidente não aceitou o convite para visitar a Alemanha. / *declinou do*.
- (D) Não abriu as portas do museu para evitar a curiosidade do público. / *fechou*.
- (E) Por seus futuros compromissos, preferia não gastar dinheiro / *economizar*.

10

As frases a seguir mostram uma locução adjetiva introduzida pela preposição **sem**; assinale a opção em que a substituição dessa locução por um adjetivo de valor equivalente foi feita de forma adequada.

- (A) Cartas sem autoria declarada são sempre mal recebidas / desautorizadas.
- (B) Os poços sem água são de pouca serventia para a lavoura / áridos.
- (C) Foram deixados muitos problemas sem solução / insolúveis.
- (D) O governo tomou muitas atitudes sem nexos / desconexas.
- (E) Com os fogos de artifício, o campo ficou sem visão / invisível.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Marcelo é filho de Alberto. Pedro é filho de Luiz. Se Marcelo e Luiz são irmãos por parte de pai, então

- (A) Alberto é pai de Pedro.
- (B) Alberto é tio de Pedro.
- (C) Pedro é irmão de Marcelo.
- (D) Pedro é sobrinho de Marcelo.
- (E) Pedro é neto de Marcelo.

12

A seguir, são apresentados os 9 primeiros termos de uma sequência infinita de números inteiros.

13, 12, 14, 11, 15, 10, 16, 9, 17, ...

Os termos são, alternadamente, maiores e menores que seus antecessores imediatos, seguindo um padrão de construção.

Sabendo-se que esse padrão é mantido ao longo de toda a sequência, conclui-se que um termo negativo aparecerá pela primeira vez na

- (A) 28ª posição.
- (B) 27ª posição.
- (C) 26ª posição.
- (D) 15ª posição.
- (E) 14ª posição.

13

Para pagar um lanche, Temístocles usou uma nota de R\$20,00 e recebeu, de troco, uma nota de R\$5,00, duas notas de R\$2,00, nove moedas de R\$0,50 e 3 moedas de R\$0,25.

O lanche custou a Temístocles

- (A) R\$5,25.
- (B) R\$5,75.
- (C) R\$6,25.
- (D) R\$6,75.
- (E) R\$7,25.

14

Dois números diferentes serão escolhidos ao acaso entre os elementos do conjunto {5,7,9,11,14}.

A soma dos números escolhidos

- (A) certamente é ímpar.
- (B) certamente é par.
- (C) pode ser 26.
- (D) pode ser 18.
- (E) pode ser menor que 12.

15

Em um jogo, duas fichas azuis têm o mesmo valor de cinco fichas vermelhas e uma ficha preta vale o mesmo que três fichas azuis.

Assim, duas fichas pretas equivalem a

- (A) sete fichas vermelhas.
- (B) oito fichas vermelhas.
- (C) nove fichas vermelhas.
- (D) doze fichas vermelhas.
- (E) quinze fichas vermelhas.

16

Sabe-se que 20% de N é igual a 13,4. Logo, 90% de N é igual a

- (A) 59,6.
- (B) 60,3.
- (C) 61,2.
- (D) 62,5.
- (E) 63,2.

Noções de Informática

17

Nos sistemas operacionais Microsoft Windows 10, o recurso “Executar” permite aos usuários abrir rapidamente programas, pastas, documentos e recursos do sistema, ao digitar o caminho completo ou o nome do item.

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas usada para abrir a caixa de diálogo “Executar”.

- (A) Windows + E
- (B) Windows + I
- (C) Windows + K
- (D) Windows + L
- (E) Windows + R

18

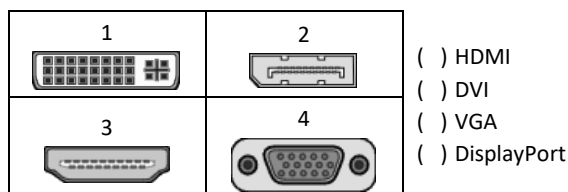
No contexto dos sistemas operacionais Microsoft Windows, o Painel de Controle é uma área central para gerenciar as configurações do sistema, opções de personalização e outros.

Considerando as versões superiores ao Windows 7, assinale a opção que **não** indica uma funcionalidade encontrada no painel de controle.

- (A) Backup e Restauração.
- (B) Relógio e Região.
- (C) Hardware e Sons.
- (D) Contas de Usuário.
- (E) Configuração de Registro Avançadas.

19

No contexto das interfaces para vídeo, relacione as portas às suas respectivas tecnologias.



Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 2 – 3 – 1 – 4.
- (B) 2 – 4 – 1 – 3.
- (C) 3 – 2 – 1 – 4.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2.
- (E) 4 – 2 – 3 – 1.

20

Em uma planilha Microsoft Excel 2019 em português do Brasil, há um conjunto de dados com vendas listadas na coluna B.

Por meio da funcionalidade de Formatação Condicional, a seguinte função pode ser usada para destacar os 10% dos principais valores de vendas com preenchimento verde:

- (A) PERCENTIL.
- (B) MAXIMO.
- (C) SOMASES.
- (D) CONT.SE.
- (E) ABS.

21

Sobre a inserção de tabelas no Microsoft Word 2019 em português, analise as afirmativas a seguir.

- I. As tabelas admitem diferentes estilos de borda, cores de preenchimento e fontes, para melhorar sua apresentação visual.
- II. Ao inserir uma tabela, é possível definir o número de linhas e colunas antes de criá-la, no entanto, não é possível alterar a estrutura após a inserção.
- III. As tabelas podem ser inseridas apenas no início de um documento e não podem ser movidas para outras partes do texto.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22

Em uma pequena empresa, durante uma tentativa de realizar uma manutenção de rotina nos servidores ao final do expediente, José, um funcionário recém-contratado, com pouca experiência em TI, desliga um servidor que está rodando um serviço de DHCP. No dia seguinte, os usuários começam a reportar problemas.

Considerando que todas as estações de trabalho com sistema operacional Windows estavam utilizando o servidor DHCP, assinale a opção que indica o que os usuários reportaram.

- (A) As estações de trabalho não estão ligando, pois dependem do servidor DHCP.
- (B) Havia lentidão na conexão com a internet.
- (C) Perda de acesso à internet, enquanto o acesso à rede local entre as estações de trabalho permaneceu possível.
- (D) Interrupção do serviço de *e-mail*; os demais serviços funcionavam.
- (E) Impressão em rede local não funcionava, mas a internet estava acessível.

Legislação Institucional

23

Considerando o que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Tocantins a respeito das Comissões, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Comissão de Constituição, Justiça e Redação tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- (B) As Comissões Especiais não podem ser constituídas para investigação sumária de fato determinado.
- (C) À Comissão de Segurança Pública compete analisar questões ligadas à violência urbana e rural.
- (D) As Comissões de Representação devem ser aprovadas pela maioria absoluta do Plenário da Assembleia.
- (E) A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá deslocar-se para qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas.

24

Joaquim é servidor estadual estável, detentor de cargo efetivo e aposentado voluntariamente. Depois de dois anos de sua aposentadoria, Joaquim manifestou interesse, perante a Administração, de retornar à atividade em que era estável.

Caso haja cargo vago disponível, conforme a Lei nº 1818/2017, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, assinale a modalidade de provimento adequada ao caso.

- (A) Aproveitamento.
- (B) Reversão.
- (C) Readaptação.
- (D) Reintegração.
- (E) Recondução.

25

Luiz, servidor público efetivo, encontra-se em estágio probatório e, nesse período, tem sido submetido a Avaliações Especiais de Desempenho.

Nos termos da Lei nº 4.208/2023, que cuida do plano de cargos, carreiras e remuneração dos Servidores da Assembleia Legislativa do Tocantins, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Avaliação Especial de Desempenho dá-se em três etapas, que tem por base o acompanhamento trimestral do servidor.
- (B) O resultado da avaliação será levado ao conhecimento do avaliado e arquivado em caráter público.
- (C) O servidor, para ser aprovado, deverá obter média igual ou superior a 60% (sessenta por cento) dos pontos possíveis nas Avaliações Especiais de Desempenho.
- (D) O servidor, caso aprovado no estágio probatório, será imediatamente elevado para a classe seguinte do padrão inicial do seu cargo.
- (E) O servidor deve ser avaliado pelo chefe imediato.

26

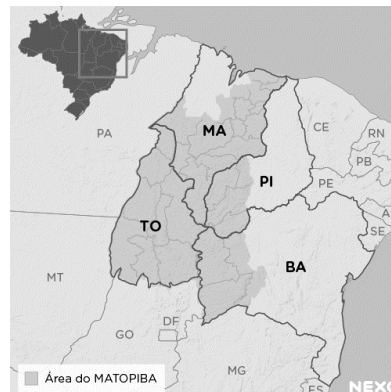
João, eleito Deputado Estadual, foi diplomado, mas ainda não tomou posse.

À luz da Constituição do Estado do Tocantins, João não poderá

- (A) exercer cargo em uma empresa concessionária de serviço público.
- (B) ser diretor de uma empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
- (C) patrocinar uma causa em que seja interessada uma autarquia.
- (D) manter contrato com uma pessoa jurídica de direito privado.
- (E) ser titular de mais de um cargo ou de mandato público eletivo.

História e Geografia do Estado de Tocantins

27



A área do MATOPIBA caracteriza-se pelo baixo preço das terras e pela uniformidade do clima, do solo e do relevo, que facilitam a mecanização agrícola e tem atraído cada vez mais agricultores.

A respeito do MATOPIBA, analise as afirmativas a seguir.

- I. É uma região de transição entre o Cerrado e o Semiárido, com condições favoráveis para a agricultura: áreas planas e extensas, solos de alto potencial produtivo, disponibilidade de água, clima favorável com elevada intensidade de sol.
- II. É um grande produtor de *commodities*, com uso intenso de tecnologia (máquinas, colheitadeiras, insumos) e uso reduzido do fator trabalho, assim sendo, o crescimento do produto interno bruto (PIB) aumenta com velocidade, mas a geração de riqueza não é acompanhada, proporcionalmente, por uma melhora na distribuição de renda.
- III. É o maior produtor nacional de soja, pois concentra 90% da área de plantio, sendo também a região com o maior índice de produtividade sustentável de grãos, em função da colaboração do setor do agronegócio com a preservação das unidades de conservação locais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

28

Sobre a formação histórica do território que hoje corresponde ao Estado do Tocantins, assinale a afirmativa que descreve corretamente o processo de desbravamento e ocupação da região no Período Colonial.

- (A) No final do século XVI, os primeiros a encontrar a foz do rio Tocantins junto ao Amazonas foram os espanhóis, então instalados no Maranhão para expulsar colonos franceses que haviam fundado a França equinocial.
- (B) Na primeira metade do século XVIII, a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho descobriu ouro nas cabeceiras do rio Vermelho e fundou o Arraial de Sant'Anna, às margens do rio.
- (C) Nos anos de 1730-40 foi encontrado ouro no norte de Goiás, incentivando a fundação de cidades sob a jurisdição de Salvador, como Natividade, Almas, Chapada, Pontal e Porto Real, entre outras.
- (D) O declínio da mineração se acentuou na passagem do século XVIII para o XIX, agravado pela instituição de um novo imposto (capitação), cobrado proporcionalmente ao número de escravos de cada minerador.
- (E) Na segunda década do século XIX, em decorrência da crise da mineração, a região estava em uma situação de abandono, como relatado por Theotônio Segurado, futuro Governador da Capitania do Norte.

29

O Estado do Tocantins situa-se em uma zona de transição que apresenta dois tipos de vegetação: a Floresta Ombrófila e a Savana, pertencentes, respectivamente, aos biomas

- (A) Amazônia e Cerrado.
- (B) Mata Atlântica e Pampa.
- (C) Caatinga e Mata Atlântica.
- (D) Amazônia e Caatinga.
- (E) Cerrado e Pantanal.

30



As bonecas Ritxoko são figuras de cerâmica confeccionadas por mulheres indígenas da etnia Karajá, do estado do Tocantins. Feitas a partir da mistura de argila e água, as peças representam tanto a forma humana e seus ciclos de vida quanto elementos da fauna e do sobrenatural. A pigmentação vermelha é extraída do urucum, enquanto a preta é retirada de uma árvore chamada ixarurina. As bonecas são usadas como instrumentos de socialização das crianças que se veem nesses objetos e aprendem a ser Karajá, recebendo ensinamentos e aprendendo as técnicas e saberes associados à sua confecção e usos. A pintura e a decoração das cerâmicas estão associadas à pintura corporal dos Karajá e às peças de vestuário e adorno.

Adaptado de <https://www.gov.br/funai>

Com base no trecho, é correto afirmar que as bonecas Ritxoko são um patrimônio

- (A) da humanidade, uma vez que constituem bens culturais e naturais significativos para todas as culturas, sendo contempladas como referência estética para todos os povos.
- (B) histórico nacional, pois exemplificam a riqueza dos modos de fazer e das formas de expressão que envolvem a tradição dos Karajás no Brasil.
- (C) cultural brasileiro, uma vez que são consideradas representações culturais com significados sociais e identitários profundos.
- (D) imaterial mundial, já que sua feitura envolve processos abstratos criativos de elaboração e variação de formas e grafismos.
- (E) material tocantinense, por expressar a arte, a memória e a identidade das comunidades indígenas da Ilha do Bananal, no Tocantins.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

31

O *Estado Delta* pretende criar uma sociedade de economia mista para realizar atividade econômica de relevante interesse coletivo, especialmente voltada para promover o incremento de novas tecnologias, além de outras atividades no respectivo setor, que atuará em regime de concorrência.

No âmbito da organização administrativa, é correto afirmar que essa entidade administrativa é uma pessoa jurídica de direito

- (A) privado, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.
- (B) público, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.
- (C) privado, que atua em colaboração com o Estado e não integra a Administração Pública, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.
- (D) público, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.
- (E) privado, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

32

Ao estudar o tema atinente ao ato administrativo, Maya decidiu verificar os exemplos de atos que seriam perfeitos, válidos e ineficazes.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o exemplo que atende àquelas condições.

- (A) A realização de um ato administrativo por servidor incompetente.
- (B) A imediata remoção de servidor, a pedido, para outra lotação.
- (C) A exoneração a pedido de servidor, a contar de data futura.
- (D) A nomeação de servidor para atuar prontamente em comissão disciplinar.
- (E) A aplicação de penalidade de demissão a um servidor público, nas hipóteses previstas em lei, após o devido processo administrativo.

33

Após ser investida no cargo de analista da Assembleia Legislativa do *Estado Ômega*, por estar preocupada com a possibilidade de ser pessoalmente responsabilizada na esfera civil perante terceiros, Clézia passou a perquirir as questões atinentes à responsabilidade civil da Administração Pública, notadamente quanto à sua natureza e aos elementos caracterizadores, bem como acerca da possibilidade de ela constar do polo passivo das demandas eventualmente ajuizadas por particulares, em decorrência de prejuízos por ela causados no exercício de suas atribuições.

Nesse contexto, Clézia concluiu corretamente que a responsabilidade civil do Estado pelas condutas de seus agentes

- (A) é subjetiva, tendo por elementos caracterizadores a conduta, o dano e o nexo de causalidade, sendo certo que Clézia não poderia constar do polo passivo de eventual demanda indenizatória ajuizada por particular em decorrência de danos por ela ocasionados no exercício de suas atribuições.
- (B) é objetiva, tendo por elementos caracterizadores a conduta, o dano, o nexo de causalidade e a configuração de dolo ou culpa, sendo certo que Clézia poderia constar do polo passivo de eventual demanda indenizatória ajuizada por particular em decorrência de danos por ela ocasionados no exercício de suas atribuições.
- (C) é subjetiva, tendo por elementos caracterizadores a conduta, o dano, o nexo de causalidade e a configuração de dolo ou culpa, sendo certo que Clézia poderia constar do polo passivo de eventual demanda indenizatória ajuizada por particular em decorrência de danos por ela ocasionados no exercício de suas atribuições.
- (D) é objetiva, tendo por elementos caracterizadores a conduta, o dano e o nexo de causalidade, sendo certo que Clézia não poderia constar do polo passivo de eventual demanda indenizatória ajuizada por particular em decorrência de danos por ela ocasionados no exercício de suas atribuições.
- (E) pode ser objetiva ou subjetiva a depender da gravidade da conduta do agente, tendo por elementos caracterizadores, em qualquer caso, a conduta, o dano, o nexo de causalidade, sendo certo que Clézia poderia constar do polo passivo de eventual demanda indenizatória ajuizada por particular em decorrência de danos por ela ocasionados no exercício de suas atribuições.

34

No âmbito do domínio público, existem relevantes ditames do Código Civil, delimitando o conceito e indicando a classificação dos bens públicos quanto à afetação pública.

Nesse contexto, assinale a opção que indica um exemplo de bem público, com a adequada classificação, pertencente à respectiva pessoa jurídica.

- (A) A sede de uma prefeitura, que é bem de uso especial.
- (B) A sede de uma fundação, que é bem de uso dominical.
- (C) A sede de uma autarquia, que é bem de uso comum do povo.
- (D) A sede de uma assembleia legislativa, que é bem dominical.
- (E) A sede de uma empresa pública, que é bem de uso especial.

35

O Governador do *Estado Delta*, insatisfeito com as decisões que vinham sendo tomadas por dois órgãos colegiados que atuavam na definição, implementação e avaliação de políticas públicas, cujas atribuições estavam delimitadas em lei e contavam com a participação da sociedade civil, fez editar um Decreto que extinguiu os aludidos órgãos, promovendo, assim, a exoneração dos agentes que neles atuavam.

Para o exercício de tais competências, o Chefe do Poder Executivo editou outro Decreto que criou, no lugar daqueles que foram extintos, um único órgão, cujos cargos deveriam ser ocupados por pessoas mais alinhadas com o seu plano de governo.

Sobre o ato do Governador, considerando os contornos do Poder Regulamentar na CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

- (A) Promoveu o uso regular do Poder Regulamentar, enquanto instrumento do Poder Disciplinar, na medida em que os órgãos que integram a Administração Pública devem estar alinhados com o respectivo plano de governo.
- (B) Extrapolou os limites do Poder Regulamentar, na medida em que a extinção de órgãos públicos, que tem suas atribuições definidas em lei, não poderia ser objeto de decreto.
- (C) Atuou nos limites do Poder Regulamentar, pois os decretos em questão encontram fundamento na Constituição, que confere ao Chefe do Poder Executivo ampla autonomia para inovar no ordenamento jurídico em matéria de organização administrativa.
- (D) Ultrapassou os limites do Poder Regulamentar, que confere ao Chefe do Executivo apenas a possibilidade de editar decretos para a fiel execução da lei, notadamente porque não há nenhuma hipótese que admita a inovação no ordenamento jurídico por meio de Decreto com fundamento diretamente na Constituição.
- (E) Atuou no regular exercício do Poder Regulamentar, considerando que a Constituição assegura ao Chefe do Executivo a possibilidade de inovar no ordenamento jurídico por meio de decreto sobre os assuntos que sejam de interesse do respectivo Poder, para fins de implementar o plano de governo.

Noções de Direito Constitucional / Direitos Humanos

36

Determinado ativista dos direitos humanos afirmou, em um evento, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos era totalmente infensa à tortura. Um debatedor, no entanto, insurgiu-se contra essa assertiva sob o argumento de que a Declaração reconhecia que o indivíduo estava inserido no agregado social, logo, o interesse individual nem sempre sobrepujava o coletivo, o que permitia a prática da tortura em situações específicas.

À luz dos termos da referida Declaração, é correto afirmar que

- (A) o indivíduo não pode subsistir sem o social, logo, o debatedor está certo.
- (B) a tortura será admitida, ou não, conforme a natureza do crime a ser apurado.
- (C) a tortura do ser humano nega sua própria condição humana, logo, o ativista está certo;
- (D) a tortura não pode ser admitida quando inexistir indícios de autoria e prova da materialidade.
- (E) a Declaração não é um tratado, mas mera exortação moral, logo, suas disposições são conselhos aos Estados partes, e, entre elas, não está a proscrição da tortura.

37

João, por ter sido condenado pela prática de determinado ilícito, foi considerado inelegível. Como tinha efetiva participação na vida política do Município *Alfa*, em cujo território residia, consultou um especialista em relação aos efeitos da referida inelegibilidade.

Foi corretamente informado a João que

- (A) ele perdeu os direitos políticos.
- (B) ele continua podendo votar nas eleições.
- (C) o seu alistamento eleitoral foi cancelado.
- (D) os seus direitos políticos estão suspensos.
- (E) ele está proibido de ocupar qualquer cargo público.

38

Em uma pequena cidade brasileira, foi praticada uma conduta de grande lesividade social, que rapidamente tomou o noticiário nacional. Para surpresa dos órgãos de segurança pública, essa conduta não era tipificada como crime, o que levou um Deputado Federal a iniciar estudos visando a aprovar uma lei que criminalize esse tipo de prática e ainda punisse o autor da referida conduta, tida como altamente abjeta.

Ao fim de suas reflexões, o Deputado Federal concluiu corretamente que a retroação da futura lei

- (A) somente seria permitida em relação à alteração da pena, quer para agravá-la, quer para atenuá-la, o que não seria o caso, já que a conduta não era penalmente tipificada.
- (B) somente poderia retroagir, quer para prejudicar, quer para beneficiar o autor do ilícito, se fosse aprovada pela maioria de dois terços dos membros do Poder Legislativo.
- (C) irá retroagir, salvo em relação às situações que já tenham sido julgadas, com sentença transitada em julgado.
- (D) não pode retroagir em hipótese alguma, quer para prejudicar, quer para beneficiar o autor do ilícito.
- (E) somente poderia retroagir para beneficiar o autor do ilícito, jamais para prejudicá-lo.

39

Com o objetivo de uniformizar a organização interna e os direitos assegurados à população nos Municípios situados no Estado *Alfa*, iniciou-se um movimento, no âmbito da Assembleia Legislativa, com o objetivo de aprovar a Lei Orgânica a ser adotada por cada um dos referidos entes federativos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação ao referido objetivo, que a Lei Orgânica

- (A) deve ser veiculada em lei ordinária estadual.
- (B) deve ser veiculada em lei complementar estadual.
- (C) somente pode ser aprovada no âmbito de cada Município.
- (D) deve se limitar a estabelecer as normas gerais a serem observadas por cada Município.
- (E) somente pode ser editada pela Assembleia Legislativa se a Constituição Estadual o autorizar.

40

Maria, cidadã brasileira, entendia que os seus Direitos Humanos tinham sido objeto de grave violação por autoridades estatais, o que lhe permitiria invocar a proteção da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992). As autoridades estatais, no entanto, entendiam que tinham agido corretamente à luz da Convenção.

Ao consultar um especialista em relação à possibilidade de acessar os meios de proteção previstos na Convenção, foi corretamente informado a Maria que ela

- (A) tem acesso direto à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (B) tem acesso direto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) somente pode solicitar que o Ministério dos Direitos Humanos submeta o seu caso ao órgão competente da Convenção Interamericana.
- (D) tem acesso direto, conforme a natureza da infração, à Corte Interamericana de Direitos Humanos ou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (E) somente pode solicitar que o órgão competente do Ministério Público brasileiro submeta o seu caso ao alto Comissariado de Tutela Interamericana.

41

Maria, filha de Joana, espanhola, e de John, norte-americano, nasceu no território brasileiro quando os seus pais aqui se encontravam a trabalho em uma indústria farmacêutica. Logo após o nascimento, Maria foi levada pelos seus pais para a Argentina.

Na situação descrita na narrativa, considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição brasileira, é correto afirmar que Maria é

- (A) estrangeira, podendo optar pela nacionalidade brasileira ao atingir a maioridade, caso venha a residir no território nacional.
- (B) estrangeira, sem direito reconhecido à obtenção da nacionalidade brasileira.
- (C) estrangeira, podendo optar pela nacionalidade brasileira ao atingir a maioridade.
- (D) brasileira naturalizada.
- (E) brasileira nata.

42

Nos termos do § 3º do Art. 31 da Constituição da República de 1988, “§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”.

A partir da interpretação da parte destacada do preceito constitucional, obtém-se uma norma de eficácia

- (A) restringível.
- (B) legítima.
- (C) limitada.
- (D) contida.
- (E) plena.

43

Maria, ativista dos direitos humanos, informou a uma amiga que decidira se unir a uma verdadeira “cruzada cívica”, com o objetivo de defender a plena e integral implementação dos direitos sociais previstos na Constituição da República.

Como a amiga de Maria não tinha formação jurídica, decidiu perguntar-lhe qual característica esses direitos teriam, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) em regra, exigem a oferta de prestações estatais.
- (B) destinam-se a assegurar a liberdade dos membros da sociedade.
- (C) buscam assegurar a participação da sociedade na formação da vontade política.
- (D) asseguram a proteção da esfera jurídica individual contra investidas dos poderes constituídos.
- (E) somente podem ser usufruídos pela integralidade da sociedade, não por uma pessoa em particular.

Noções de Direito Penal / Processual Penal

44

Após ser capturado em flagrante pela suposta prática do crime de furto simples, João, primário e portador de bons antecedentes, passou por audiência de custódia, obtendo o direito de responder ao processo em liberdade. Em seguida, o Ministério Público ofereceu denúncia em detrimento do autor do delito e propôs a suspensão condicional do processo. Em assim sendo, João conversou com seu advogado sobre a proposta do *Parquet*.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, assinale a afirmativa correta.

- (A) A suspensão será revogada, a critério do Ministério Público, se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- (B) A suspensão poderá ser revogada se, no período de prova, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- (C) O juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.
- (D) A proposta pelo acusado e seu defensor sendo aceita, na presença do juiz, este suspenderá o processo por um a dois anos.
- (E) A prescrição da pretensão punitiva estatal correrá durante o prazo de suspensão condicional do processo.

45

João se dirigiu à Delegacia de Polícia do Município *Alfa*, no Estado *Beta*, comunicando à autoridade policial o crime – perseguível mediante ação penal pública incondicionada, – que José, um colega de trabalho, teria praticado em seu desfavor. Contudo, a vítima não soube indicar o lugar da infração penal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, como não é conhecido o lugar da infração, o processo e o julgamento do feito ocorrerá na Comarca do(a)

- (A) domicílio ou da residência da vítima ou do domicílio ou residência do réu, à escolha de João.
- (B) domicílio ou da residência da vítima.
- (C) domicílio ou da residência do réu.
- (D) capital do Estado *Beta*.
- (E) Município *Alfa*.

46

João, Delegado de Polícia, preside inquérito policial deflagrado para apurar suposto delito perpetrado por Fábio.

Durante a tramitação do procedimento administrativo, o agente público constatou que a prisão temporária é essencial para garantir o sucesso das investigações, sendo certo que há fundadas razões que apontam Fábio como o autor do crime investigado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989, é correto afirmar que o inquérito policial presidido por João versa sobre o crime de

- (A) furto qualificado pelo concurso de pessoas.
- (B) falsificação de documento público.
- (C) sequestro simples.
- (D) corrupção passiva.
- (E) concussão.

47

João responde, perante o Juizado Especial Criminal da Comarca *Alfa*, pela prática do crime de porte de drogas para consumo pessoal (Art. 28 da Lei nº 11.343/2006), por ter sido encontrado com cinco gramas de *cannabis sativa L.*, popularmente conhecida como maconha. Nada obstante, no curso da persecução penal, o Congresso Nacional editou uma legislação descriminalizando a conduta perpetrada pelo agente.

Nesse cenário hipotético, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que haverá a extinção de punibilidade em razão do(a)

- (A) *abolitio criminis*.
- (B) preempção.
- (C) indulto.
- (D) anistia.
- (E) graça.

48

No curso de uma persecução penal deflagrada para apurar um suposto crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, procedeu-se à oitiva, em juízo, de João e Maria (vítimas), de José (testemunha de acusação), de Joana (testemunha de defesa), passando-se, na sequência, ao interrogatório do acusado Otávio. O juiz verificou, então, que algumas das pessoas ouvidas divergiram, em suas declarações, sobre fatos e circunstâncias relevantes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a acareação poderá ser realizada entre

- (A) acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, apenas.
- (B) testemunhas, entre testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, apenas.
- (C) acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha, apenas.
- (D) testemunhas, entre testemunha e a pessoa ofendida, apenas.
- (E) testemunhas, apenas.

49

João e José, em comunhão de ações e desígnios, aproximaram-se de Maria, que aguardava, no interior do seu automóvel, o sinal de trânsito abrir. Em assim sendo, os agentes bateram na janela do veículo e determinaram que a vítima entregasse os seus pertences, sob ameaça de morte.

Após subtraírem o telefone celular e o relógio da ofendida, os autores do delito tentaram se evadir, mas foram alcançados, cem metros à frente, por policiais militares que passavam pela região, sendo capturados em flagrante.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, assinale a opção que indica o crime pelo qual João e José responderão.

- (A) Roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas, na modalidade consumada.
- (B) Extorsão qualificada pelo concurso de pessoas, na modalidade consumada.
- (C) Roubo simples, na modalidade consumada.
- (D) Extorsão simples, na modalidade tentada.
- (E) Roubo simples, na modalidade tentada.

50

No curso de um processo penal que apurou o suposto delito de latrocínio consumado, o juiz competente, após requerimento do Ministério Público, decretou a prisão preventiva de José, suposto autor dos fatos.

Após o cumprimento do mandado de prisão, o advogado de José compareceu ao presídio, ocasião em que as partes conversaram sobre os regramentos aplicáveis à prisão preventiva.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A legislação não estabelece o prazo máximo de duração da prisão preventiva, mas o juízo deverá revisar a necessidade de sua manutenção a cada sessenta dias, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- (B) A decretação da prisão preventiva, com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia, não será admitida.
- (C) O juiz poderá, a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, vedando-se a atuação de ofício, em homenagem ao sistema acusatório.
- (D) A decisão que decretar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, sendo suficiente, para tanto, a indicação de ato normativo, ainda que não se explique a sua relação com a causa.
- (E) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até treze anos de idade incompletos.

51

A Receita Federal, após denúncia realizada por um consumidor, procedeu à fiscalização do estabelecimento comercial de titularidade de Matheus, ocasião em que diversas irregularidades tributárias foram constatadas.

Muito preocupado, o empresário comentou os eventos com João, amigo de longa data, o qual lhe disse que é próximo de Caio, agente público e auditor da Receita Federal responsável pelo procedimento administrativo deflagrado em desfavor de Matheus. Em assim sendo, João solicitou ao empresário a entrega de cinco mil reais, a pretexto de influir na decisão que será tomada por Caio no procedimento administrativo que está em andamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pela prática do crime de

- (A) advocacia administrativa.
- (B) exploração de prestígio.
- (C) favorecimento pessoal.
- (D) tráfico de influência.
- (E) corrupção passiva.

52

João aproximou-se de três senhoras que caminhavam tranquilamente por uma praça do Município *Alfa*, e determinou que cada uma delas entregasse o telefone celular e o relógio, mediante grave ameaça, consubstanciada no emprego de arma de fogo. Em seguida, o agente logrou se evadir na posse dos diversos pertences de propriedade das vítimas. Durante as investigações, verificou-se que João praticou os três delitos mediante uma única ação, mas sem que existissem desígnios autônomos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelos crimes perpetrados em

- (A) continuidade delitiva, pois o agente, mediante uma só ação, praticou três crimes, sendo-lhe aplicável a menos grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um quarto.
- (B) continuidade delitiva, pois o agente, mediante uma só ação, praticou três crimes, sendo-lhe aplicável a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um quinto.
- (C) concurso material, pois o agente, mediante uma só ação, praticou três crimes, sendo-lhe aplicável a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um quinto.
- (D) concurso formal, pois o agente, mediante uma só ação, praticou três crimes, sendo-lhe aplicável a menos grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um quarto.
- (E) concurso formal, pois o agente, mediante uma só ação, praticou três crimes, sendo-lhe aplicável a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um quinto.

53

Matheus, Delegado de Polícia, tomou conhecimento de dois fatos criminosos que ocorreram na cidade em que atua, quais sejam:

- i) Joana, após ser ameaçada de morte pelo marido, no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, se dirigiu à Delegacia de Polícia e representou criminalmente contra o agente;
- ii) João, maior e capaz, após ser vítima de um crime de estelionato, compareceu à unidade policial e demonstrou o interesse na deflagração de investigação em face do suposto autor do fato. Nada obstante, após alguns dias, Joana e João demonstraram o interesse em se retratar da representação que fora anteriormente oferecida.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e da Lei nº 11.340/2006, assinale a afirmativa correta.

- (A) Joana poderá se retratar da representação antes do recebimento da denúncia. Por sua vez, João somente poderá se retratar antes do oferecimento da denúncia.
- (B) Joana poderá se retratar da representação antes do oferecimento da denúncia. Por sua vez, João somente poderá se retratar antes do recebimento da denúncia.
- (C) Joana não poderá se retratar da representação oferecida. Por sua vez, João somente poderá se retratar antes do oferecimento da denúncia.
- (D) Joana e João poderão se retratar da representação antes do recebimento da denúncia.
- (E) Joana e João não poderão se retratar da representação oferecida.

54

Daniel, com 19 anos, teve relações sexuais consentidas com Joana, a qual, à época dos fatos, tinha 13 anos de idade.

Durante as investigações deflagradas contra Daniel, para apurar a suposta prática do crime de estupro de vulnerável, o agente afirmou e comprovou que conheceu Joana em uma boate – exclusiva para maiores de idade –, sendo certo que a adolescente ingressou no local portando uma carteira de identidade falsa. Daniel comprovou, ainda, que desconhecia, por completo, a idade da mulher, que aparentava, para todos, ser maior, em razão de sua compleição física apresentada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Direito Penal, é correto afirmar que Daniel **não** responderá por qualquer crime, em razão do erro de

- (A) proibição indireto.
- (B) tipo incriminador.
- (C) proibição direto.
- (D) tipo permissivo.
- (E) mandamento.

55

João, após iniciar o estágio junto à 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa, passou a se dedicar ao estudo do Direito Penal, para melhor desempenhar as suas funções laborais.

Assim, João, ao estudar uma determinada infração penal citada pela Constituição Federal, verificou que se tratava de um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Nesse cenário, considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, é correto afirmar que José pode ter estudado os detalhes do crime de

- (A) tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (B) terrorismo.
- (C) homicídio.
- (D) racismo.
- (E) tortura.

Conhecimentos na Área de Atuação

56

João, particular, conduzia o seu veículo automotor pela BR nº 101, ocasião em que o carro desligou, por falta de combustível, prejudicando sobremaneira o trânsito na localidade. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que restou caracterizada uma infração administrativa

- (A) gravíssima, sujeitando João à penalidade de suspensão do direito de dirigir e à medida administrativa de remoção do veículo.
- (B) gravíssima, sujeitando João à penalidade de proibição do direito de dirigir e à medida administrativa de remoção do veículo.
- (C) grave, sujeitando João à penalidade de suspensão do direito de dirigir e à medida administrativa de remoção do veículo.
- (D) média, sujeitando João à penalidade de multa e à medida administrativa de remoção do veículo.
- (E) leve, sujeitando João à penalidade de multa e à medida administrativa de remoção do veículo.

57

Há certos princípios básicos para o uso da força pela autoridade policial, entre eles os da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e o da conveniência.

Acerca desses princípios, avalie as seguintes afirmativas:

- I. Legalidade: o uso da força é permitido apenas para atingir um objetivo legítimo,
- II. Necessidade: o uso da força somente deve ocorrer quando outros meios forem ineficazes para atingir o objetivo desejado.
- III. Proporcionalidade: o uso da força deve ser usado de forma proporcional à resistência oferecida, levando-se em conta os meios dos quais o policial dispõe.
- IV. Conveniência: mesmo sendo legal, necessário e proporcional o uso da força, é preciso observar se ele não coloca em risco outras pessoas e se é razoável e de bom-senso lançar mão desse meio.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

58

O Art. 100 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Tocantins define e diz respeito às proposições legislativas.

Em relação às tais proposições, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia.
- () As proposições podem consistir, entre outras, em emendas à Constituição do Estado, projetos de lei e projetos de resolução.
- () Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dele decorrente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – F – F.

59

De acordo com a Lei nº 9.883/1999, o Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal, os tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatário, e a legislação ordinária.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.883/1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), é correto afirmar que

- (A) a execução da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Presidente da República, será levada a efeito pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sob a supervisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- (B) a elaboração e edição do regimento interno da Agência Brasileira de Inteligência ABIN serão de responsabilidade de seu Diretor-Geral, que o submeterá à aprovação do Ministro da Justiça e da Segurança Pública.
- (C) o controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Ministério Público, na forma a ser estabelecida em ato do Conselho Nacional do Ministério Público.
- (D) os atos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), cuja publicidade possa comprometer o êxito de suas atividades sigilosas, deverão permanecer por sigilo de, no mínimo, cinco anos.
- (E) a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) será dirigida por um Diretor-Geral, cujas funções serão estabelecidas no decreto que aprovar a sua estrutura organizacional.

60

A Norma Regulamentadora nº 23 estabelece medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho, aplicando-se aos estabelecimentos e locais de trabalho.

Nesse cenário, considerando as disposições da Norma Regulamentadora nº 23, é **incorreto** afirmar que

- (A) as aberturas, saídas e vias de passagem de emergência devem ser identificadas e sinalizadas de acordo com a legislação estadual e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais, indicando a direção da saída.
- (B) os locais de trabalho devem dispor de, ao menos, três saídas de emergência, dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança em caso de emergência.
- (C) as saídas de emergência podem ser equipadas com dispositivos de travamento que permitam fácil abertura do interior do estabelecimento.
- (D) nenhuma saída de emergência deve ser fechada à chave ou presa durante a jornada de trabalho.
- (E) as aberturas, saídas e vias de passagem devem ser mantidas desobstruídas.

Realização

